

Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

Da relevância da Macaronésia no quadro da economia internacional

<http://hdl.handle.net/11067/7177>

<https://doi.org/10.34628/g316-cx20>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

O presente artigo pretende explicar a importância do projecto da Macaronésia a partir do Programa de Cooperação Territorial Europeia – Interreg MAC 2021-2027, dando-se uma perspectiva dos desenvolvimentos que poderão ocorrer no futuro. Na segunda parte do artigo, procura-se inserir o projecto da Macaronésia no quadro da evolução da economia internacional, dando-se uma perspectiva geoestratégica da relevância da União Europeia....

This article aims to explain the importance of the Macaronesia project from the European Territorial Co-operation Programme - Interreg MAC 2021-2027, giving an overview of the developments that may occur in the future. The second part of the article endeavours to place the Macaronesia project within the scope of the evolution of the international economy, giving a geostrategic perspective of the relevance of the European Union....

Palavras Chave

Cooperação Europeia, Macaronésia - Relações económicas externas - Países da União Europeia, Países da União Europeia - Relações económicas externas - Macaronésia, Relações económicas internacionais

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 34 (2023)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T03:40:23Z com informação proveniente do Repositório

DA RELEVÂNCIA DA MACARONÉSIA NO QUADRO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

THE RELEVANCE OF MACARONÉSIA IN THE FRAMEWORK OF THE INTERNATIONAL ECONOMY

António Rebelo de Sousa

Universidade Lusíada de Lisboa

Orcid: 0000-0002-9547-916X

DOI: <https://doi.org/10.34628/g316-cx20>

Data de submissão / Submission date: 04/07/2023

Data de aprovação / Acceptance date: 30/10/2023

Resumo: O presente artigo pretende explicar a importância do projecto da Macaronésia a partir do Programa de Cooperação Territorial Europeia – Interreg MAC 2021-2027, dando-se uma perspectiva dos desenvolvimentos que poderão ocorrer no futuro.

Na segunda parte do artigo, procura-se inserir o projecto da Macaronésia no quadro da evolução da economia internacional, dando-se uma perspectiva geoestratégica da relevância da União europeia.

Palavras-chave: Macaronésia; União Europeia; Cooperação Euro-Atlântica.

Abstract: This article aims to explain the importance of the Macaronesia project from the European Territorial Co-operation Programme - Interreg MAC 2021-2027, giving an overview of the developments that may occur in the future.

The second part of the article endeavours to place the Macaronesia project within the scope of the evolution of the international economy, giving a geostrategic perspective of the relevance of the European Union.

Keywords: European Union; Macaronésia; Euro-Atlantic Cooperation.

1. Introdução

A Macaronésia é uma expressão utilizada para designar vários arquipélagos do Atlântico Norte (em associação com países terceiros) que se localizam perto da Europa e do Continente Africano.

O termo é originário do grego e significa, por aproximação, “ilhas abençoadas” ou “afortunadas”.

Presentemente, quando se fala da Macaronésia fala-se numa área de cooperação que abrange três regiões ultra-periféricas europeias (Açores, Madeira e Canárias) e sete países terceiros (ou, de alguma forma, “associados”), Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Mauritânia, Senegal e São Tomé e Príncipe (considerando-se já uma perspectiva dinâmica, virada para o futuro).

Para melhor se compreender os desafios com que se defronta a Macaronésia, num futuro próximo, irei basear-me no Programa de Cooperação Territorial MAC – 2021-2027.

O Programa de Cooperação Territorial Europeia – Interreg MAC 2021-2027 faz parte da vertente 4, de acordo com o que está estabelecido no artigo 3.4 do Regulamento UE 2021/1059 que estabelece disposições específicas relativas ao objectivo de cooperação territorial europeia, apoiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo, objectivo esse centrado na cooperação das Regiões ultra-periféricas entre si e com os países e territórios do ultramar (PTU) – ou, ainda, com países terceiros ou organizações regionais de integração e cooperação, tendo em vista facilitar a sua integração regional e o seu desenvolvimento sustentado e integrado.

2. Do Programa MAC – 2021-2027

No decurso do período de 2021 a 2027, o Programa MAC verá ampliada a sua área geográfica tendo em vista aprofundar a obtenção de interesses comuns em matéria de inovação, competitividade, transição ecológica, combate às alterações climáticas, mobilidade e governação.

No sub-capítulo 1.2 do sobredito programa, procede-se ao resumo dos principais desafios comuns, a saber:

- os desafios da área de cooperação no período de 2021-2027;
- a complementaridade com outros programas e instrumentos de finan-

ciamento (em particular, com o Instrumento de Vizinhança, Cooperação para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional);

- algumas lições de experiência relativas a três países terceiros, a saber, Cabo Verde, Mauritânia e Senegal, tendo Cabo Verde participado em 94 projectos (com 76% dos projectos aprovados), o Senegal em 47 projectos (com 38% dos projectos aprovados) e a Mauritânia com 38 projectos (com 31% dos projectos aprovados);
- selecção de uma estratégia efectuada através de uma metodologia bottom-up;
- adopção de princípios horizontais, assegurando-se o respeito pelo artº 9º do Regulamento 2021/1060 (nomeadamente, pelos direitos fundamentais, igualdade entre homens e mulheres, não discriminação e acessibilidade);
- intercâmbio electrónico de dados, com o objectivo de simplificar e reduzir a carga administrativa na implementação do programa, tanto para os organismos de gestão como para os beneficiários;
- contribuições das intervenções para as estratégias macro-regionais e da bacia marítima (Estratégia Atlântica).

No capítulo 2 do Programa, procura-se definir prioridades, com destaque para as seguintes:

- melhorar a competitividade das empresas através de uma transformação económica, inovadora e inteligente (considerando-se, ainda, nesta prioridade o crescimento sustentável das PME's e a criação de emprego);
- transição ecológica, apoio ao desenvolvimento de uma economia verde e azul, luta contra a mudança climática, prevenção e gestão de riscos e catástrofes;
- melhorar a Governança da Cooperação (com destaque para o melhoramento da capacidade institucional, fomento das acções interpessoais e apoio a uma governação da cooperação qualitativamente superior);
- uma mais adequada gestão da mobilidade e da migração.

Quanto a esta última prioridade, dá-se particular ênfase às acções a emprender nas áreas da gestão da migração e a instrumentos como o Fundo de Migração e Asilo ou o Fundo Social Europeu (com destaque para o caso de menores imigrantes não acompanhados), bem como às acções para o melhoramento do acolhimento na fronteira.

O terceiro capítulo chama, de alguma forma, a atenção para a participação relativamente elevada do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o Programa MAC, participação essa que atinge, no conjunto dos sete anos, um montante global de 169.898.663 euros.

Seria importante sensibilizar a U.E. para um reforço da participação no programa MAC, bem como os Estados Membros e os países associados interessados.

Finalmente, no capítulo 4 procura-se referir a acção empreendida para que os ditos “sócios” dos Programas nele participem, analisando-se o papel dos mesmos na sua execução, acompanhamento e avaliação.

Existem dois aspectos a realçar: em primeiro lugar, a proposta de ampliação do programa a quatro novos países, segundo recomendação da Comissão Europeia (já considerados no texto desta intervenção e que são o Gana, a Costa do Marfim, a Gâmbia e São Tomé e Príncipe); em segundo lugar, a necessidade de se avançar com uma nova forma de identificação de prioridades e projectos, em coordenação com as autoridades competentes de países terceiros.

Em boa verdade, o projecto Macaronésia visa aproximar as regiões directamente nele envolvidas da U.E., distinguindo as regiões que fazem parte de países que integram a U.E. dos países que não integram que estejam associados aos projectos.

A ideia é a de, em primeiro lugar, estreitar as ligações com territórios que já fazem parte integrante da UE, muito embora se pretenda, também, uma aproximação a países associados.

O que subjaz ao projecto da Macaronésia, em meu entender, é a ideia de que os países que pretendam estar ligados ao mesmo (mas que não integram a UE) deveriam, todos eles, celebrar verdadeiros acordos de associação com a dita U.E., acordos esses que, em princípio, abrangeriam diversas áreas, desde a comercial à da cooperação económica e financeira, passando pela cooperação técnica e incluindo, ainda, a defesa do meio-ambiente.

Uma área que deveria ser abrangida (dependendo da evolução constatada na economia e no sector financeiro do país associado) deveria ser a da cooperação cambial, procurando-se, sempre que possível, estabelecer um “peg” entre a moeda do país associado e o euro.

Tal negociação seria sempre indispensável para assegurar a estabilidade cambial e ulterior convertibilidade da moeda do país associado, sendo certo que esse problema já se encontra solucionado para os países da “zona do franco-CFA” (ainda que de uma forma artificial) e para Cabo Verde e, em larga medida, com São Tomé e Príncipe.

No caso de Cabo Verde, essa questão ficou solucionada com o Acordo de Cooperação Cambial celebrado em 1999 entre aquele país e Portugal, enquanto que, no caso de São Tomé e Príncipe, ocorreu um importante salto qualitativo com o acordo celebrado com Portugal em 2009.

Numa economia em transição, a melhor forma de se conseguir um desenvolvimento económico sustentável, quando não se dispõe de um mercado endógeno significativo, consiste no recurso ao investimento directo estrangeiro, o que dependerá em muito da componente psicológica do investimento.

Ora se não existir estabilidade cambial, a componente psicológica do investimento não influenciará positivamente o IDE, com efeitos indutores negativos no desenvolvimento sustentável da economia em questão.

A U.E. tem adoptado posições de grande abertura em relação ao apoio aos Países em Vias de Desenvolvimento e, de um modo geral, às economias em transição.

Importa realçar que a U.E., no seu conjunto, é o principal doador mundial em matéria de ajuda e cooperação para o desenvolvimento, não considerando a ajuda concedida à obtenção de benefícios em termos de acesso a matérias-primas ou de acessos a sectores estratégicos de economias carenciadas.

Por outro lado, a UE está empenhada em reduzir custos de insularidade em várias regiões do Mundo (muito em particular na grande região que liga a América do Norte à Europa e ao Continente Africano).

Simultaneamente, a UE é o único parceiro com relevância mundial que está, em princípio, interessado em estudar a implementação de modalidades de cooperação cambial com economias em transição como as envolvidas no projecto da Macaronésia.

3. Do Contexto Internacional

Quando falo da relevância da U.E. tenho por hábito afirmar que se trata da segunda maior potência económica do Mundo, de uma das duas ou três maiores potências culturais existentes e que poderá estar a caminho de – graças à criminosa intervenção da Rússia na Ucrânia – se transformar numa das grandes potências militares (tendo em conta as capacidades já existentes na Ucrânia, na Polónia, na Suécia, na Finlândia e o esforço de investimento na defesa que a Alemanha e a França – que é uma potência nuclear – estão a realizar presentemente).

Quando afirmo que a UE é a segunda maior potência económica do Mundo não estou a considerar o critério do PIB agregado nominal, mas um conjunto de indicadores como, por exemplo, o PIBpc, a relevância do mercado consumidor interno, o nível de riqueza líquida existente, o Índice de Desenvolvimento Humano – Dinâmico e o Índice de Desenvolvimento Humano – Dinâmico e Sustentável.

Algumas correntes têm procurado defender a tese de que o conjunto das economias ocidentais está em declínio e que outras novas grandes potências estão a emergir.

É uma evidência que se tende para um Mundo Multipolar, com a emergência de grandes potências como a China e a Índia.

Mas, daí a considerar-se que o Sistema Financeiro Internacional será substituído a prazo de 30 anos por um novo sistema centrado na China e na Rússia ou mesmo nos BRICS, com alguns acrescentos, vai uma grande distância.

A China (com um PIBpc de 17,7% do PIBpc dos EUA e de 32,3% da UE) jamais ultrapassará os EUA, em termos de PIBpc (que, interessa mais do que em termos de montante global do PIB) nos próximos 30-40 anos.

Por outro lado, a China, em termos de reservas líquidas cambiais está, em larga medida, dependente do dólar americano e do euro.

Simultaneamente, a China, em termos de investimento alógeno, depende muito do IDE – Investimento Directo Estrangeiro proveniente dos EUA e do Japão.

Existem, ainda, outros factores limitativos para a “corrida hegemónica” da China, designadamente o facto de no segmento de mão-de-obra qualificada não

existir oferta de mão-de-obra ilimitada, o que, em larga medida, explica os aumentos salariais reais em alguns sectores da economia chinesa da ordem dos 8-9% ao ano, ao longo dos últimos 15 anos, o que conduz a conclusões muito diferentes das habituais no que concerne à dinâmica de evolução das vantagens competitivas dinâmicas de grande parte do sector produtivo chinês, no contexto geral da economia mundial.

Acresce ao que se disse que a economia chinesa já nada tem a ver com o modelo de inspiração marxista-leninista-estalinista de outrora (excepto na concepção do exercício do poder), aceitando a existência de grandes oligarcas, adoptando um sistema próximo do nacional-socialismo ou dos primeiros tempos do fascismo mussolinista.

Como convirá, ainda, referir que a economia chinesa está, ainda, longe de atingir o “commercialization point” “a la Ranis e Fei”.

A Índia é, de facto, a maior democracia do mundo, mas é, também, uma economia com um grau de desenvolvimento intermédio, com um PIBpc muito baixo (da ordem dos 2.301,4 US Dls, i.e., inferior ao de Cabo Verde).

O Brasil que é um país com um grau de desenvolvimento intermédio, apresenta, ainda, uma economia dual com muitas fragilidades, tendo um PIBpc que é de 31,7% do português e não tendo, também, atingido o “commercialization point” “a La Ranis e Fei”.

A África do Sul está a tentar atingir o “shortage point” “a La Ranis e Fei”, sendo a sua economia bastante frágil, apresentando um PIBpc que é de 29% do PIBpc português.

A Rússia é um país cuja economia ronda a metade do PIBpc português (i.e., 51,4%, para se ser mais exacto), que optou por um sistema económico de “capitalismo selvagem”, em que emergem oligarcas que, aparentemente, prestam contas a uma “estrutura de poderes” de natureza “siciliana”. Tudo isto completado por um regime que se apelida a si próprio de “democracia soberana”, mas que se apresenta manifestamente autocrático.

Trata-se de um conjunto de países em que dois optaram por regimes autocráticos e três por regimes democráticos, embora com algumas insuficiências evidentes em dois destes últimos três casos.

É caso para se dizer ao que chegaram os teóricos que integram essas correntes defensoras da alternativa eixo Rússia – China ou eixo BRICS como uma potencial alternativa ao sistema ocidental!

Com base nos dados de 2022, se calculássemos o PIBpc dos BRICS (taxa média ponderada) chegaríamos à conclusão de que seria de cerca de 7517 US dólares, i.e., 19,5% do da UE e 10,7% do dos EUA.

Mesmo que comparássemos os PIB’s agregados nominais do somatório da China, da Índia, do Brasil, da Rússia e da África do Sul com os PIB’s agregados dos EUA, do Canadá e da UE (e estamos a falar em valores globais nominais), estes últimos seriam 1,53 vezes o valor agregado dos BRICS.

E se aos EUA e UE juntássemos o Japão, o Reino Unido e a Coreia do Sul, a relação seria superior a 2 para 1.

E se falássemos em mercados consumidores e em percentagem do consumo no PIB da economia considerada, teríamos os EUA em primeiro lugar com 71%, o Japão em 2º lugar com 67%, o Reino Unido em 3º lugar com 65%, a Coreia do Sul em 4º lugar com 63% e a UE em 5º lugar com 59%.

A China não ultrapassaria uns escassos 37%.

E se considerássemos a classificação das economias segundo a riqueza líquida (i.e., de acordo com o diferencial do valor total dos activos deduzidos dos passivos) e segundo o critério do Credit Suisse (que viria a ser, também, adoptado pela Union des Banques Suisses), teríamos em primeiro lugar os EUA com 98 154 mil milhões de US dólares, em 2º lugar a UE com 85 402 mil milhões de US dólares, em 3º lugar a China com 51 874 mil milhões de US dólares e em 4º lugar o Reino Unido com 14 209 mil milhões de US dólares.

Mas, falemos, ainda, das exportações, uma vez que muito se diz sobre a relevância da China neste domínio.

É verdade que a China é a economia que, presentemente, exporta mais (com 2654 mil milhões de US dólares).

Mas, se considerarmos os EUA e, apenas, quatro economias da UE (a Alemanha, a Holanda, a Itália e a França), este conjunto representa 3197 mil milhões de euros (i.e., mais 20,5%, aproximadamente, do que a economia chinesa).

E se a estes países juntássemos o Reino Unido o valor seria de 3.696,3 mil milhões de US dólares, i.e., mais 39% do que as exportações chinesas.

Sintetizando, a U.E. (e a Europa, em geral) é um aliado importante para os países da Macaronésia para a concretização do desiderato de implementação de um desenvolvimento coeso, inclusivo e sustentado para o futuro.

4. Da Conclusão

Importa que os países interessados no projecto da Macaronésia (bem como todas as regiões que nele estão directamente envolvidas) aproveitem um projecto com potencialidades para se desenvolverem e aprofundarem os caminhos tendentes a uma efectiva consolidação da democracia.

O projecto da Macaronésia é um projecto genuinamente Atlântico, o que não é indiferente para quem, como eu próprio, admira certos aspectos da concepção “Atlântica” de democracia.

Uma concepção flexível e gradualista, em que a evolução se processa por tentativas – correcções, na linha do pensamento bernsteiniano, em que o essencial na construção democrática está no movimento e no seu sentido e, por conseguinte, na opção reformista e não tanto no objectivo de construção de uma sociedade terminal perfeita.

Como, também, está na consideração de que existem limites ao ímpeto reformador que têm que ver com a não ultrapassagem de princípios básicos que

caracterizam o que alguns autores designam, de uma forma um tanto provocatória, de “gentlemanship”, princípios esses definidos por Burke, conforme passo a citar:

- “ser ensinado a respeitar-se a si próprio;
- ser ensinado a desprezar o perigo no cumprimento da honra e do dever;
- possuir as virtudes da diligência, ordem, constância e regularidade e ter cultivado uma atenção habitual à justiça comutativa;
- estas são as circunstâncias dos homens que formam aquilo a que eu chamaria de aristocracia natural, sem a qual uma Nação não pode existir”.

Daí que, sendo eu alguém que acredita nas virtualidades do projecto da Macaronésia, também sou dos que, em muitos aspectos, manifestam concordância com a concepção “Atlântica” de democracia.

Para além de que um economista que é, também, cidadão e já ultrapassou alguns anos de existência sente, por vezes, uma inércia irresistível a valores que, entretanto, foi adquirindo e que passaram a integrar a sua personalidade própria.

Será isso uma manifestação confessada de limitação de espírito?

Talvez, mas é, também, algo que reforça a razão de ser de uma intervenção autêntica, séria e responsável quando se tenta passar da teoria a uma praxis que se pretenda realista e consequente.

E a democracia e uma Europa que associa a liberdade ao Estado de Direito Democrático são valores que emprestam razão de ser para mais uns anos de existência militante na vida.